

# DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: TRABALHO, IDEOLOGIA E DISCRIMINAÇÃO DA MULHER

Andréa Moraes

Instituto Federal de Alagoas

Belmira Magalhães

Universidade Federal de Alagoas

## Introdução

Este texto é mais um resultado de estudos dos Grupos de Pesquisa Gênero e Emancipação Humana/CNPq e do Grupo de Estudos Discurso e Materialismo/Gedom-CNPq, ambos sediados na UFAL, bem como do Grupo de Estudo Trabalho, Gênero e Emancipação Humana/IFAL, que investigam os efeitos de sentido e os silenciamentos capazes de produzir e reproduzir o imaginário que contribui para a manutenção das desigualdades de classes e da opressão de gênero. A percepção e a análise dos mecanismos argumentativos/linguísticos que podem velar ou desvelar essa relação ideológica constituem a preocupação central deste texto. Seu *corpus*, para este momento, é composto de discursos de/sobre a mulher veiculados pela imprensa brasileira, assim como por resultados de pesquisas realizadas pelos grupos.

Para este fim, parte-se do método dialético desenvolvido por Marx, mais especificamente, da Ontologia do Ser Social de Lukács. Na teoria da Análise do Discurso, dialoga-se com Pêcheux e sua concepção quanto à materialidade do discurso. Nesse sentido, compreender os pressupostos que cercam as análises e estudos torna-se fundamental.

A produção e a reprodução da vida humana têm uma dupla determinação, segundo Marx e Engels (1993), e Lukács (1981): a base natural ineliminável e uma ininterrupta transformação social dessa base. Para estes autores, é a categoria trabalho que assume um caráter intermediário, visto “assinalar a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (MARX; ENGELS, 1993, p. 4). É pelo

trabalho que o sujeito humano transforma a natureza, fundando o complexo social concreto, o *ser social*, e, dialeticamente, transforma sua própria natureza, dando-se início ao desenvolvimento social e a todos os seus complexos (como linguagem, ideologia etc.), tal como ao conjunto das relações sociais, isto é, a sociabilidade.

É fundamental assinalar, com Marx e Engels, que o trabalho, como gênese do ser social, é também fundante do modo de ser dos indivíduos:

[...] não se trata de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar a vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais da sua produção (MARX e ENGELS, 1993, p. 28).

O ser social, portanto, é atividade (como discutem CHASIN, 1988), e não tem nenhuma natureza prévia. Todos os resultados são frutos da autoatividade humana. Nesse sentido, os únicos pressupostos para a análise da realidade social devem ser, como assinalam Marx e Engels (1993, p. 26), “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aqueles que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação”.

Entende-se o discurso a partir da mesma lógica de qualquer práxis social, visto que se configura numa relação entre estrutura (linguística) e acontecimento (histórico/ideológico) – entre a ordem da língua (possibilidade de materialização do discurso) e a ordem da história (momento que sustenta os sentidos possíveis). É na relação intrínseca entre língua, história e ideologia que se estrutura e se movimenta o discurso. Do mesmo modo, seu estudo deve captar a complexidade e a especificidade desse objeto social/histórico e ideológico.

Objetiva-se, assim, não só refletir sobre a ambiguidade produzida por discursos que, ao destacarem as diferenças, reforçam as desigualdades acerca do papel da mulher em sociedade, mas também, retomar as relações de classes para o centro do debate dos discursos sobre a mulher.

## 2. Capitalismo e a função social da mulher

Entende-se a relação entre trabalho e a função social da mulher como uma exigência teórico-metodológica, bem como política. Isso significa afirmar que a posição social da mulher nas sociedades de classe está interligada à organização e à divisão social do trabalho.

Ao entender as relações sociais de sexo a partir do determinante de classes, identifica-se a necessidade de discutir novas formas de combater as opressões em geral e, em particular, a subjugação feminina. Parte-se de uma análise mais precisa da radicalidade da classe nessa problemática. Nesse sentido, classe e sexo são categorias inseparáveis, porque imbricadas efetivamente no real, numa relação com regência no âmbito do trabalho. Concorda-se com Mirla Cisne (2014, p. 73) quando afirma que, “segundo a tradição marxista, com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante. Ainda segundo essa tradição, a propriedade privada é o marco inicial da luta de classes”.

Com base em tais pressupostos, relacionar a subjugação da mulher às formas de organização do trabalho, entendida esta como atividade vital básica, é fundamental. Mais precisamente, interessa de que modo essa relação ocorre no capitalismo e de que maneira o patriarcado aparece como uma forma ideológica necessária à reprodução desse sistema, visto que há a necessidade de todo um aparato jurídico, político e ideológico a fim de efetivar as tarefas necessárias à lógica de exploração. Ainda de acordo com Mirla Cisne (2014, p. 74):

A origem do patriarcado, portanto, está radicalmente ligada à apropriação masculina sobre o corpo da mulher. [...] Nas palavras de Saffioti (2004, p. 58), esse novo sistema tornou as mulheres “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”.

A forma de realização na práxis cotidiana da discriminação feminina através da ideologia patriarcal está em naturalizar a função da maternidade, transformando as mulheres em mães e criando um processo metonímico de inculcação ideológica/inconsciente, em que todos os seres sociais acabam por perceber as mulheres prioritariamente nesse papel.

Por isso, o discurso tem de ser dúbio, pois deve ser um discurso que enaltece a liberdade, o trabalho, a escolarização feminina e, ao mesmo tempo, cria um efeito discursivo que não deixa as mulheres esquecer que seu lugar primordial é a casa, que seu espaço fundante é o da família, pois, como vimos, é dessa forma que as relações de produção ainda estabelecem as relações entre os sexos na sociedade contemporânea (MAGALHÃES, 2005, p. 42).

Portanto, a necessária relação entre produção e reprodução social, no capitalismo, surge como uma apropriação da naturalização do papel da mulher, para que esta não sirva apenas como mão de obra barata, já que as funções que exerce no mundo do trabalho são extensões de seu papel como mãe, mas, principalmente, como reprodutoras dessa lógica. Tais questões serão reforçadas pelos discursos produzidos socialmente em diversas esferas da vida social.

### 3. Sociedade e discurso

O discurso se inscreve diretamente no âmbito das teleologias secundárias, cujo objetivo direto é a relação entre os seres sociais<sup>1</sup>. No caso das sociedades contemporâneas, cuja complexidade social cria uma segunda natureza, a prática discursiva assume uma relevância fundamental nos caminhos escolhidos pela humanidade.

A transformação do curso dos acontecimentos, que possui uma lógica própria independente das consciências individuais, ocorre, contraditoriamente, através de sujeitos que escolhem entre alternativas e que, por isso, precisam ter conhecimento da essência dessa segunda natureza para terem a chance de imprimir suas marcas na objetividade.

No caso particular da linguagem, a escolha está diretamente ligada à necessidade de transformar a realidade no que se refere principalmente

<sup>1</sup> Após o salto ontológico, que separa os seres sociais da dependência única da lógica da natureza e instaura uma nova esfera do ser, tendo como pressuposto a reprodução do novo (gênero humano), podemos perceber que todas as ações humanas são realizadas a partir de um pensar por objetivo. Quando essa teleologia se dirige à natureza, é qualificada de primária; quando o alvo são os outros seres sociais, estamos no âmbito das teleologias secundárias. Para maior desenvolvimento dos conceitos de teleologia primária e teleologia secundária, ver Vaismann (1989).

à transformação da consciência do outro homem/mulher ou da sua própria. Na construção discursiva, o sujeito é socialmente determinado e está subsumido ao código da linguagem, exercendo, então, a liberdade a partir desses determinantes.

Dentro do quadro epistemológico adotado, tem-se como pressuposto teórico que os discursos são práxis sociais e que, por isso, só podem ser explicados mediante o desvelamento das relações sociais que as determinam. Nesse sentido, a AD trabalha com o conceito de Formação Ideológica (FI), que explicita o lugar social, dentro da estrutura de classe, em que o sujeito está inserido. Dependendo da FI, haverá um conjunto de Formações Discursivas (FD), isto é, de lugares de dizer que funcionarão como incentivadores e/ou repressores do dizer do sujeito.

A lógica capitalista necessita construir no imaginário social a ideologia de que os seres humanos são livres e se relacionam a partir de consentimentos mútuos, pois são senhores de suas ações. A individualidade e a suposta igualdade de oportunidade marcam a ideologia da sociedade moderna, enquanto as desigualdades são encaradas como intrínsecas às individualidades diferentes, ou como desvios a serem combatidos.

O fundamento ideológico que se instaura com a modernidade é a negação dos privilégios sociais, a busca da igualdade e da liberdade para todos. Daí se poder afirmar que, na sociedade capitalista, o silêncio é o fundante do discurso, diferentemente de épocas anteriores, em que as diferenças de classes eram justificadas. “O silêncio de que falamos aqui não é ausência de sons ou de palavras. Trata-se do silêncio fundador, ou fundante de toda significação” (ORLANDI, 1997, p. 70).

Pode-se sintetizar essa contraditoriedade explicitada acima, afirmando que todo e qualquer discurso criado numa sociedade desse tipo, embora diretamente não surja como vinculado à estrutura de classes, sempre assumirá uma posição de um dos lados do conflito: ou terá de continuar silenciando a real estrutura da sociedade, ou explicitará esse silenciamento estrutural. Na verdade, o jogo das ideologias (dominante e dominada) se faz a partir da lógica dialética, que tem como premissa o apagamento ou o desvelamento das diferenças de classe.

A teoria da Análise do Discurso apresenta uma lógica interna que se configura na articulação de seus conceitos primordiais, que fazem a relação dialética entre história e língua, a partir de uma subjetividade

socialmente posta. O discurso é sempre um ato social e pressupõe uma forma de resposta à objetividade que, por sua vez, é um compósito de atos sociais: “O sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza é uma categoria que não existe de modo algum, portanto, nem mesmo como sua negação” (LUKÁCS, 1997, p. 70).

Assim sendo, o sujeito do discurso é um sujeito determinado socialmente, que possui um lugar social e lugares discursivos. O dizer do sujeito possibilitará a ilusão de que tem o domínio sobre seu dizer, sendo o discurso fruto de sua própria autoria. Persistindo na necessidade de controle do seu dizer, o sujeito estará, ainda, submetido à ilusão de que a forma escolhida para explicitar seu discurso é transparente a ponto de não criar ambiguidades nem polissemias<sup>2</sup>. Essas ilusões apagadas pelo sujeito, isto é, seu condicionamento ideológico e seu inconsciente, fazem com que ele se sinta como o único autor de seu dizer.

São efetivamente tais conceitos que estarão presentes nas análises, numa tentativa de desvelar essa imbricada relação entre classes sociais, discurso e função social da mulher, em diferentes sequências discursivas.

#### 4. Os discursos: trabalho, mulher, mídia

Apesar de todas as conquistas realizadas a partir dos movimentos feministas e da luta das mulheres de uma maneira geral, com o maior ingresso da mulher no mercado de trabalho e sua cada vez maior autonomia, tem-se observado que as jornadas duplas não só têm se mantido, mas aumentado, e ainda mais que isso, a discriminação e a violência têm crescido de maneira assustadora.

Os últimos dados lançados pelo IBGE e Pnad demonstram que a jornada dupla da mulher em 2014 passou a ter cinco horas a mais em comparação com a dos homens. Conforme o jornal *O Globo*: “Nestes dez anos, os homens viram sua jornada cair de 44 para 41 horas e 36 minutos. [...] No mesmo período, as mulheres mantiveram seu ritmo fora de casa em 35 horas e meia. Dentro de casa, porém, a jornada delas

<sup>2</sup> A essas ilusões Pêcheux (1990) chamou esquecimentos, um mecanismo que possibilita ao sujeito sentir-se sujeito de seu próprio discurso, tendo o controle de todas as suas etapas.

chega a 21 horas e 12 minutos por semana, mais que o dobro da dos homens”. Esses dados revelam que há um sistema de desigualdade entre homens e mulheres, tornando-se fundamental compreender de que modo os discursos contribuem para a manutenção dessa relação, e mais do que isso, por que eles são necessários para a manutenção e o funcionamento da sociedade capitalista.

As sequências discursivas são as mais variadas, mas o recorte dessa análise tratará, sobretudo, dos discursos da mídia em geral que denunciam um discurso dúbio, sempre entre as mudanças no papel da mulher e a conservação de sua função social, em que é ressaltada a necessidade de se tornar uma nova mulher, o que significa entrar no mercado de trabalho e competir com os homens, sem se tornar um deles. Um exemplo disso são as inúmeras matérias que trazem as mulheres vestidas sempre como executivas, com seus terninhos e o comportamento similar àquele que se considera “masculino”. A capa da *Revista Veja*, especial Mulher, de abril de 2006, é um ícone do duplo papel que se espera que a mulher assuma. Traz uma mulher vestida como executiva, a amamentar um bebê, isto é, mesmo com atividades que exigem um amplo tempo no trabalho, as mulheres não podem esquecer seu lugar fundamental.

Em uma matéria intitulada “Mãe não é profissão”, de 2010, Ana Cláudia Fonseca e Bruna Rodrigues, autoras da matéria, assim escrevem:

Rob Williams, diretor do Fatherhood Institute, uma organização britânica voltada aos pais que optaram por ser mãe, diz que desde 1970 aumentou o número de homens que preferem limpar o lar a passar horas dentro do escritório (FONSECA, RODRIGUES, 2010, p. 28).

Nesse discurso observa-se que o papel de mãe, portanto, da mulher, está diretamente (naturalmente) relacionado ao lar. Os homens o assumem como uma escolha, e não como uma obrigatoriedade. O que se percebe nesse recorte é que mesmo quando escolhem ficar em casa, os homens não se envolvem com as tarefas de mãe, pois se reportam apenas que **preferem limpar o lar**, sendo esse apenas uma das atividades da mulher no lar. O cuidado com os filhos e o andamento correto da família, não é nem imaginado ser possível como uma tarefa para o homem/pai. Na verdade, se propõe a ocupar o lugar destinado aos empregados.

É evidente que esta imagem da mulher é aquela que ainda sobressai, pois, paralelo à mulher que trabalha “fora” de casa, é construída uma fala na qual são ressaltados os benefícios de ficar em casa e tomar conta do lar:

Você que tanto trabalha sem remuneração, tem afinal, no calor do lar, no carinho dos filhos, no convívio mais estreito com as amigas, algumas vantagens de inúmeras executivas de altos contracheques” (Pesquisa do Grupo Gênero e Emancipação Humana, 2008).

Nesse recorte se evidencia o significante que marca diretamente a relação entre relações capitalistas de produção e a ideologia patriarcal. A necessidade de trabalho está subsumida ao afeto para as mulheres - **carinho dos filhos** -. Nada se compara a isso. Com este tipo de discurso consegue-se um efeito discursivo duplo, que marca, ao mesmo tempo, os lugares de homens e mulheres: a rua e a casa.

Embora a realidade empírica nos mostre que já houve muitas mudanças, persiste a discriminação, apontados nos dados do emprego e da violência geral e doméstica contra as mulheres.

Questionando essa situação atual, nossos estudos partiram do questionamento do por que da ideologia patriarcal ainda funcionar para o capitalismo. O sistema do capital que exalta a individualidade exacerbada desde seu surgimento e hoje no mundo contemporâneo, propugna o individualismo como forma de estar no mundo, necessita ainda de uma ideologia que, aliada à ideologia liberal, mantém mais da metade da população mundial submetida ao poder masculino.

Chegamos, então, ao papel da maternidade e da maternagem na exploração do trabalhador/a, potencializando a extração de mais-valia de forma mais lucrativa para os capitalistas. Re-estruturamos nossas pesquisas e focamos no trabalho doméstico não remunerado – os afazeres cotidianos da casa, da maternagem com as crianças, isto é, a reprodução do trabalhador, realizada sem nenhum custo para o capitalista. Realizado com cuidados, com amor, essencialmente, pelo sexo feminino.

Se a reprodução do trabalhador – componente do capital variável – com todas as tarefas domésticas, fosse incorporado ao custo do capital, oneraria muito a composição do capital, deixando como alternativa o rebaixamento dos salários a um nível que colocaria em risco a reprodu-



ção dos trabalhadores/as. Ou, então, não valeria a pena produzir dentro do princípio capitalista.

A atual conjuntura das relações de trabalho apresenta contradições muito severas para a classe trabalhadora. Ao observarmos a posição das mulheres, o quadro geral revela como o sistema sociometabólico Capital/Trabalho/Estado<sup>3</sup> tem se utilizado de maneira cada vez mais aguda do que o patriarcalismo pode oferecer para amortecer sua crise estrutural. Entre 2009 e 2013, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na América Latina, a taxa de desemprego atinge cerca de 15 milhões de pessoas, e entre as mulheres essa taxa é 30% maior (OIT 2014). No Brasil, segundo dados de 2012 (OIT), 67% dos trabalhadores não têm contrato estável.

Assim, tal situação aponta uma combinação perfeita entre crise estrutural do capital e patriarcalismo: uso massivo da mão de obra feminina nas atividades mais precárias, instáveis, de “meio período”, sem garantir direitos basilares, entre os quais destacamos os direitos de reprodução da família da classe trabalhadora. O tempo não remunerado das mulheres é ocupado por atividades domésticas e de cuidado que deveriam ser garantidas como direitos do trabalho, pelo capital e pelo Estado. O cotidiano de precarização do trabalho em geral corrobora imensuravelmente com a naturalização da jornada feminina gratuita.

O trabalho doméstico não remunerado, na sua produção de valores de uso e cuidados com os trabalhadores e seus filhos, insere-se diretamente na composição do salário dos trabalhadores, no tocante ao custo da reprodução do trabalhador. A luta por mudanças nessa lógica deve ser enfrentada por todos os trabalhadores, a fim de diminuir a taxa de mais-valia.

Esse enaltecimento do papel feminino no lar funciona como uma forma de intensificação da exploração da classe trabalhadora, não apenas pelas baixas remunerações atribuídas às mulheres nas atividades ditas femininas e pela ausência de políticas para as atividades de reprodução da família (creches, lavanderias e restaurantes públicos e gratuitos etc.), mas principalmente, segundo nossas análises, pela fundamentação da ênfase, via patriarcalismo, em práticas moralizantes nas épocas de crises

<sup>3</sup> Ver Mészáros

econômicas e políticas compensatórias, como estamos vivendo hoje no mundo e no Brasil.

A manutenção das mulheres como mães e cuidadoras dos lares – reprodutoras gratuitas da mão de obra (trabalhadores e futuros trabalhadores – filhos) – que se submetem a uma “servidão consentida”<sup>4</sup>, pela exaltação do lugar da maternidade como fundante de seu ser feminino, fundamenta o lugar da família nuclear como *locus* central para a reprodução do sistema.

Como vimos a exaltação da maternidade e das suas tarefas como algo que dignifica as mulheres é a forma de produzir um discurso ideológico dúbio, que ao mesmo tempo diz para as mulheres que elas “podem”, que lutem pelo seu empoderamento, mas rebaixa seus salários. Paralelamente, cobram das mulheres a responsabilidade sobre a casa e seus habitantes.

A materialidade da condição biológica feminina, isto é, sua capacidade de gestar e aleitar é subsumida ao controle monogâmico e heteronormativo do patriarcado. De modo que os modelos do gênero masculino e do gênero feminino que conhecemos são construções advindas dos papéis de sexo fundados pelo crivo do controle sobre o corpo e a sexualidade feminina, sua força de trabalho, priorizando os papéis de mãe, do lar, cuidadora e heterossexual. Ao gênero masculino tudo o que refere ao espaço público, com tanto que sua sexualidade se reduza também à função reprodutiva biológica, se inscrevendo no paradigma da heteronormatividade, cumprindo o papel de sujeito dominante.

O duplo papel da mulher é reforçado entre a mulher forte que trabalha fora e a mãe frágil e sensível. É o que se pode chamar de romantização do papel da mulher e da mãe. Na verdade, a mensagem sugere que a mulher deve mudar, mas sem alterações substanciais na estrutura familiar. Em outras palavras, o papel da mulher deve permanecer essencialmente o mesmo. O lugar preferencial da mulher é o do lar, em que ela protege e é protegida. É o *locus* natural que ela deve ocupar.

Essa práxis ideológica se realiza desde o nascimento das crianças, diferenciando o lugar social de homens e mulheres. Embora a partir dos movimentos feministas dos anos 60 do século vinte tenha sido desvelado

<sup>4</sup> Ver Hirata (2004)

esse funcionamento ideológico, ele continua a produzir o efeito desejado, pois o máximo alcançado pela ideologia feminista foi o de agregar novas funções para as mulheres, mas não o de eliminar o processo de naturalização da maternidade. As mulheres continuam sendo as responsáveis pelo desenvolvimento das atividades domésticas e pela educação dos filhos, cabendo aos homens, quando muito, uma ajuda, na maioria das vezes, não significativa.<sup>5</sup>

Isso implica, nessa sociedade, o rebaixamento do valor da força de trabalho das mulheres, visto que demonstra como o capital intensifica a inferiorização social feminina, por obter maiores taxas de lucratividade e promover uma perda direta ao campo do trabalho, o que significa uma perda para o conjunto dos trabalhadores.

Seguindo essa trajetória verifica-se que a mobilidade profissional das mulheres é bastante difícil, assim como a valorização de seus diplomas. Como observa Richard, “três pontos de resistência à mudança parecem centrais: a técnica ainda se conjuga no masculino, assim como a autoridade, e os serviços, já bastante feminizados, concentram a maior parte dos novos empregos femininos” (2003, p. 63).

O discurso de universitárias revela contradições quanto ao papel da mulher na sociedade contemporânea. Numa pesquisa realizada em 2005, com diversas mulheres que frequentam cursos superiores, surgem discursos equivalentes.

Uma aluna de matemática revela que “Fico com todas as tarefas domésticas, além de trabalhar e ainda estudar. Horrível!”. Outra, de Ciência da Computação, diz que “Não ter liberdade, voz ativa, não ter opiniões respeitadas” é o que há de mais recorrente. Já a aluna de Odontologia expõe o mais comum dos fatos entre as mulheres: “Falta de tempo para todas as atividades domésticas e para o filho”.

Os dados atuais mostram que o aumento do nível de escolaridade feminina e a maior participação no mercado de trabalho se traduzem num crescimento da presença de mulheres nas áreas profissionais e técnicas; entretanto, esse dado revela que para se inserir no mercado de

<sup>5</sup> Pesquisas realizadas em países desenvolvidos têm verificado que o tempo de trabalho dedicado pelas mulheres às atividades domésticas é mais do dobro do tempo dos homens, quando esses participaram dessas atividades (HIRATA, 2004).

trabalho, as mulheres precisam ter maiores níveis de escolaridade do que os homens; aliado a isso, recebem salários inferiores, diferença que se agrava à medida que o nível de escolaridade é maior. *A desigualdade salarial está entre os principais problemas referidos pelas mulheres universitárias no âmbito do trabalho, enquanto gênero feminino.* Verificou-se que embora as mulheres falem a partir de cursos diferentes, as falas se repetem bastante, mostrando forte presença da discriminação da mulher no âmbito do trabalho e a desigualdade salarial que a acompanha.

As brasileiras têm mais anos de estudo que os homens e estão mais aptas a obter carreiras de prestígios. Entretanto, “este fato estimula a ‘solteirice’: se isso ajuda profissionalmente – triste ironia –, pode também atrapalhar sentimentalmente” (SEKEFF, 2006).

O discurso dominante na nossa sociedade sobre o papel primordial das mulheres – reprodução biológica e geral da vida – explicita-se também materialmente, através da dupla jornada de trabalho.

O capital exerce autoridade patriarcal sobre a mulher, de modo que a reprodução da força de trabalho é garantida sem custos adicionais: enquanto assalariada, a mulher tem sua atividade modificada pelas eventualidades do casamento, da maternidade e da posterior criação dos filhos, sendo impedida de abandonar as tarefas domésticas e servindo, também, como suporte para o trabalho masculino. Ademais, tem seu trabalho assalariado desvalorizado, considerado como atividade complementar, sendo privada de uma série de direitos.

## Conclusão

Como visto nas análises, cada sociabilidade precisa de individualidades condizentes com sua processualidade e gestará essas individualidades. A conclusão é que ainda faz sentido para o modo de produção capitalista manter a individualidade da mulher sob a supremacia masculina. Lógico que agora o discurso é outro; o que se percebe é um discurso esquizofrênico em relação a homens e mulheres. Diz-se aos indivíduos que eles podem tudo, basta querer.

Por um lado, os discursos apregoam: “vão para rua, vão ocupar o lugar a que têm direito”; por outro, afirmam que a mãe que não ama-

menta está prejudicando seu filho, logo, não é boa mãe. O discurso é dúbio o tempo todo, porque dúbio é a situação. A ideologia chama a mulher para o mercado de trabalho porque a mão de obra é mais barata, menos reivindicativa, mas não deixa de frisar que o lugar primordial ainda é se acha na manutenção da reprodução do tipo de família e de indivíduos que respondem à produção.

É necessário que a problemática da opressão da mulher pelo homem seja compreendida como parte da sustentação da lógica do capital, pois, ao fim e ao cabo, é esta opressão que garante parte fundamental de sua manutenção (a reprodução da força de trabalho). A luta pela liberdade feminina não é uma “questão de gênero”, mas uma luta de classe, e implica a luta pela liberdade humana.

Os discursos reafirmam que o papel primordial da mulher na sociabilidade contemporânea continua sendo a responsabilidade pela garantia da produção social de seres humanos aptos, física e ideologicamente, para a ordem social vigente. Portanto, a subjugação da mulher é uma necessidade do modo como a sociedade regida pelo capital produz e reproduz a vida, o que implica a sua submissão/inferiorização no âmbito do trabalho.

## Referências

- CHASIN, José. Método dialético. Aula ministrada e gravada durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, 1988. (mimeo)
- CISNE, M. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FONSECA, A. C.; RODRIGUES, B. Ser mãe não é profissão. *VEJA: Especial Mulher*, São Paulo, v. 43, n. 2166, p-24-28, jun. 2010.
- LUKÁCS, G. *Il lavoro*. Per una ontologia dell'Essere Sociale. Tradução de Ivo Tonet. v. 1. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? *Coleção Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher*, PMSF, n. 8, Políticas Públicas e igualdade de gênero. Dezembro de 2004.
- LUKÁCS, G. *O trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió, 1997. (Mimeo).
- MAGALHÃES, B. Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, B.; BERTOLDO, E. (Org.). *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: Edufal, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Campinas: Ed.UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

SEKEFF. Com diploma e sem marido. *VEJA: Especial Mulher*, n. 65, p. 34-36, jun. 2006.

VAISMANN, E. A Ideologia e sua determinação ontológica. *Ensaio*, São Paulo, n.17-18, 1989.